



Pécora

Governo vai ceder espaço às empresas

Belo Horizonte — O secretário-geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, José Flávio Pécora, disse em Belo Horizonte, que o que o governo pretende com o pacote de medidas econômicas é "reduzir sua participação na economia, abrindo espaço para que o setor privado possa se expandir e levando a uma redução de fortes tensões inflacionárias que temos hoje". Ele adiantou que o governo procederá a cortes importantes nas despesas de custeio.

O secretário-geral da Seplan, que veio a Belo Horizonte para participar de uma solenidade no Palácio dos Despachos, para a assinatura de um convênio no valor de Cr\$ 1,5 bilhão, acrescentou que "o corte de subsídios do petróleo, trigo e outros, será tomado de tal forma que se avale a efetiva repercussão sobre os índices de preços, para que não tenha efeito no consumidor".

Flávio Pécora afirmou que o objetivo do governo é também reduzir o déficit no setor público, "não havendo ainda nenhuma decisão sobre que medidas específicas serão tomadas e em quanto ao grau destas decisões, já que o assunto está em fase de apreciação a nível técnico, sendo que na semana que vem o quadro estará delineado".

A respeito das providências que serão tomadas, ele esclareceu que "o quadro está sendo estudado, para se montar um conjunto de medidas, de tal modo que algumas delas possam ser compensadas, mantendo permanentemente o estímulo às três áreas que são prioritárias do governo: agricultura, exportação e substituição de energia".

Disse mais o secretário geral da Seplan que "a ideia é de se fazer um corte, tanto na área de investimento quanto, e principalmente, na área de custeio". Ao concluir, salientou que "o que nós temos que resolver é o nosso problema interno". Nesse sentido, segundo disse "as decisões estão apoiadas na necessidade de reduzir a taxa de inflação e, dessa forma, reduzir a pressão do setor público, que está com um déficit elevado". Para ele, isto é uma exigência do interesse nacional e não uma recomendação do Fundo Monetário Internacional, que não determina o que o Brasil deve fazer. Segundo Pécora, o FMI pode achar insuficiente o que vamos fazer para pagarmos as contas, "mas a decisão é uma decisão brasileira".